

Assembleia Geral de 17 de maio de 2016

Atenção às ameaças

A Diretoria da Adufrj entende ser necessária uma forte mobilização docente face às inúmeras ameaças à Educação Pública e à Universidade Pública que se vislumbram no horizonte em forma de Projetos de Lei tramitando no Congresso Nacional e na configuração do novo Ministério da Educação e Cultura.

A mobilização permanente é a melhor forma de responder rapidamente às diversas formas de ameaça aos direitos dos docentes, dos técnico-administrativos e dos estudantes. As agressões à Universidade Pública podem vir de diversas formas e requisitam uma ação estratégica lúcida capaz de prevenir e reagir a tempo e com eficácia. Os agentes contrários aos princípios da gratuidade, da qualidade, da abrangência, da inclusão, da autonomia, da liberdade de expressão e de pesquisa, da excelência acadêmica e do comprometimento social estão ativos na formulação de projetos de lei, de diretrizes ministeriais, de cortes orçamentários, de propagandas midiáticas.

As nossas ações não podem perder de vista o conjunto das ameaças, mas têm de ser capazes de responder efetivamente a cada uma, tendo em vista a defesa dos valores básicos que tradicionalmente defendemos.

O objetivo deste documento é o de enriquecer o debate sobre a agenda política e de mobilização.

Abaixo listamos o levantamento da Adufrj identificando a tramitação de projetos no Congresso Nacional que podem vir a afetar a universidade pública e as condições de trabalho dos docentes. Comentamos também as idéias expostas pelo PMDB de Michel Temer no documento “Uma Ponte para o Futuro”.

Atraso no reajuste de agosto e na reestruturação da carreira docente

O PL 4251/15, que resultou do acordo firmado entre representantes da categoria e o governo, **está parado na Comissão de Segurança e Família** da Câmara desde 30 de dezembro. O projeto prevê reajuste de 5,5%, no mês de agosto deste ano, e adicionalmente, de 5,0% em janeiro de 2017, além de tratar da reestruturação da carreira docente. Com o Congresso voltado para o impedimento da presidente, há o risco real de não haver tempo hábil para a apreciação do PL para que ele passe a vigor em agosto, como foi acordado.

No dia 3 de maio, o Colégio de Líderes (que reúne representantes de todos os partidos) apresentou um Requerimento de Urgência à Mesa da Câmara para que o projeto seja apreciado.

PEC 139/2015

O fim do abono permanência

A Proposta de Emenda à Constituição prevê o fim do abono permanência para servidores que escolhem permanecer trabalhando, mesmo após atingir as condições de tempo de serviço ou idade necessárias à aposentadoria. A aprovação desta PEC poderá provocar forte impacto na **UFRJ: mais de 600 docentes** recebem abono permanência na universidade (dados de 2015, da PR-4). A PEC está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

PLP 257/2016

Salários congelados e concursos suspensos

O Projeto de Lei Complementar encaminhado pelo governo em fins de março tramita na Câmara dos Deputados em regime de urgência dentro da política de ajuste fiscal. Se aprovado, estabelece um cenário amargo para os servidores: **congelamento de salários**; não pagamento de progressões; suspensão de concursos públicos; suspensão de admissão de pessoal. O PL também alcança servidores da esfera estadual, pois o governo exige medidas de igual teor aos estados como condição para renegociação de suas dívidas com a União.

PLP 228/2016

Teto para gastos com pessoal

Este projeto tem o objetivo de fixar limites aos gastos do governo com pessoal, em cada um dos três poderes. Projeto similar (o PLP 1/2007) foi apresentado em 2007, tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se aprovado, **as negociações dos servidores federais serão submetidas a valores pré-estabelecidos**. Depois de passar pelas comissões, o PLP 228/2016 está aguardando apreciação do plenário da Câmara.

ALERTA

Túnel para o passado

A redução de gastos sociais é o fio de argumento do documento do PMDB “Ponte para o Futuro”, apresentado por Michel Temer em outubro do ano passado. Texto “A Travessia Social” com o mesmo teor, produzido pelo partido, circulou recentemente.

A leitura das propostas de “Ponte para o Futuro” induz à conclusão de que o anunciado corte de gastos será feito por meio de dois instrumentos: a desvinculação de despesas obrigatórias em educação, saúde e assistência social; e o fim das indexações, seja para salários, seja para benefícios previdenciários, seja para qualquer gasto.

O fim das vinculações obrigatórias, como aponta o documento, põe em xeque, por exemplo, os 18% da receita resultante de impostos como piso de recursos para ser aplicado anualmente pela União em educação, segundo determina, hoje, a Constituição. Para estados e municípios, a vinculação obrigatória fixa em 25% da receita dos gastos em educação.

Previdência

O fim das indexações afeta principalmente a previdência social. No conjunto, as medidas sugeridas implicam numa trajetória de redução real dos salários (inclusive salário mínimo).

O documento dá especial ênfase à previdência e propõe: aumento da idade mínima de aposentadoria para mulheres e homens; e fim da indexação do salário mínimo aos benefícios da previdência.

Com respeito a esse ponto é importante avaliar que cerca de 60% dos beneficiários da previdência recebem o piso do salário mínimo.

A retirada da indexação implica uma perda real significativa para um conjunto razoavelmente grande de famílias (cerca de 30% das famílias recebem rendimentos previdenciários). É fundamental lembrar que, em média, o crescimento e melhor distribuição dos rendimentos da previdência social são responsáveis por cerca de um quarto da redução da desigualdade no Brasil.